



AO ILUSTRÍSSIMO SR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ.

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2024

PROCESSO Nº 8928/2023

Assunto: Resposta ao Recurso Administrativo Apresentado pela Empresa FGC Pavimentação e Construção Civil LTDA

### CONTRARRAZÃO AO RECURSO

A empresa **ARIES EMPREENDIMENTOS E SERVICOS - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.049.955/0001-10, com sede à Av. Independência, nº 15 – Rod. Amaral Peixoto KM 130 – Unamar – Cabo Frio – RJ CEP 28.928-542, neste ato, representada por seu representante legal Sr. Dimas de Souza Paes Junior, portador da Carteira de Identidade nº 09.920.849-8/DETRAN-RJ e do CPF nº 030.763.527/92. Vem respeitosamente a presença de Vossa Senhoria apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso impetrado pela empresa FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, nos seguintes termos:



## DOS FATOS

Participamos do Pregão Eletrônico acima citado, onde ficamos na terceira colocação. A empresa 1ª colocada (Souza e Ribeiro), foi considerada inabilitada e a 2ª colocada (Rota do Sol), foi julgada desclassificada.

Considerando a ordem de classificação, fomos convocados pelo Sr. Pregoeiro a enviar proposta de preços readequada e documentos de habilitação e assim fizemos, sendo nossa empresa considerada habilitada e vencedora do certame.

Inconformada com nossa habilitação a empresa FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA manifestou interesse em recorrer, com alegações infundadas, apenas no intuito de sagrar-se vencedora do certame. A recorrente alega que:

- 1 – Discrepância na composição dos preços;
- 2 – Ausência de Documentos;
- 3 – Empate entre duas empresas

### **1 – Discrepância na composição dos preços**

Primeiramente cumpre ressaltar que a licitação é do tipo menor valor GLOBAL, a análise se dá em torno de quanto a administração irá pagar no montante total, pela execução dos serviços.

Quando ofertamos nossa proposta, o valor para execução dos serviços hora é



de R\$ 390,00, o fato de haver um erro material na planilha, não modificará nosso preço, pois sabemos que todos os custos cabem perfeitamente dentro do valor orçado.

O edital assim dispõe a respeito do tema:

*27.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.*

O art. 8º do Decreto de Pregão Eletrônico também trata do saneamento de erros e falhas na proposta e na documentação.

*Art. 8º O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:*

*XII - ata da sessão pública, que conterá os seguintes registros, entre outros:*

*h) a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação:*

O saneamento de erros e falhas ao longo do processo de licitação, não pode ser considerado ilegal, ou um direcionamento, pois em diversas situações o Tribunal de Contas da União, tem se posicionado a respeito do tema. Vejamos:

**ACÓRDÃO 2742/2017 – PLENÁRIO**

**Estando os preços global e unitários ofertados pelo licitante dentro dos limites fixados pela Administração, é de excessivo rigor a desclassificação da proposta por**



*divergência entre seus preços unitários e respectivas composições detalhadas de custos, por afronta aos princípios da razoabilidade, da ampla competitividade dos certames e da busca de economicidade nas contratações. Referida divergência se resolve com a retificação das composições, sem necessidade de modificações ou ajustes em quaisquer dos valores lançados na proposta a título de preços unitários.*

#### **ACÓRDÃO 1811/2014 – PLENÁRIO**

*Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato. Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado.*

#### **ACÓRDÃO 1924/2011 – PLENÁRIO**

*Constitui-se excesso de rigor a desclassificação de licitantes por conta de erro formal na apresentação da proposta e da documentação exigida.*

Tanto a Legislação e a Jurisprudência do TCU, são bem claras sobre a Desclassificação da Proposta/Planilha de Preços por erros meramente formais e/ou matérias, ou seja, é **ILEGAL!**

Nossa proposta continua com o mesmo valor global. Tanto que após análise da engenharia ficou constatado que nossa proposta atende perfeitamente a contratação. Quem melhor para analisar uma planilha de custos, se não um técnico da área.

Digamos que as empresas que apresentaram valor inferior ao nosso, caso fossem habilitadas, o valor não atenderia?



## 2 – Ausência de Documentos

A recorrente alega que deixamos de apresentar documentos, constantes no item 10.8, III do edital. O documento em questão é Declaração de descarte em ETE licenciada pelo INEA.

### III - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Apresentar declaração de descarte de resíduos sanitários, informando o local de descarte em ETE (estação de tratamento de esgoto) devidamente licenciada pelo INEA (instituto Estadual do Ambiente), cópia da licença da mesma e impugnação.

A recorrente questiona o texto contido na declaração. Ocorre que em nada compromete a finalidade a ser alcançada. O intuito da exigência acima é que a empresa comprove possuir lugar adequado para descartar dos materiais e este local tem que ser licenciado pelo INEA.

A nossa empresa comprovou, inclusive a recorrente possui licenciamento para o mesmo local. Em nenhum momento ferimos ao que se refere ao edital

Quanto a alegação de envio de documentos fora do prazo, vale ressaltar que solicitamos a prorrogação do prazo para envio dos documentos e é prerrogativa do pregoeiro aceitar ou não, sendo ele condutor do certame.

Considerando que essa prorrogação pode ocorrer por diversos motivos, como



dificuldades técnicas, necessidade de esclarecimentos adicionais ou outras razões justificáveis, conforme justificamos no chat.

### 3 – Empate entre duas empresas

A vinculação ao edital é o princípio segundo o qual tanto a Administração Pública quanto os licitantes estão obrigados a seguir estritamente as regras e condições estabelecidas no edital de licitação. O edital é o documento que contém todas as especificações, condições e procedimentos da licitação, funcionando como uma "lei interna" do certame.

Todas as exigências de habilitação, critérios de julgamento, prazos e condições estão lá de forma bem clara. A recorrente não entende o porquê nossa empresa está na terceira colocação, quando o valor é mesmo.

Vejamos a classificação das empresas:

Minha proposta	Todas as propostas	Histórico de recursos	
73.830.317/0001-29 ME/EPP Inabilitada	ROTA DO SOL SOLUCAO EM TR..	Valor ofertado (unitário)	R\$ 199.0000
		Valor negociado (unitário)	-
30.948.254/0001-05 ME/EPP Desclassificada	SOUZA E RIBEIRO - DESENTUPL..	Valor ofertado (unitário)	R\$ 290.0000
		Valor negociado (unitário)	-
06.049.955/0001-10 ME/EPP Aceita e habilitada	ARIES EMPREENDIMENTOS E S..	Valor ofertado (unitário)	R\$ 390.0000
		Valor negociado (unitário)	-
02.892.559/0001-07	FGC PAVIMENTACAO E CONST..	Valor ofertado (unitário)	R\$ 390.0000
		Valor negociado (unitário)	-



O próprio sistema organiza as propostas de acordo com valores e tendo empate, o mesmo reconhece aquele que tenha registrado primeiro seu preço.

Não foi o pregoeiro que determinou que a nossa empresa, ficasse em terceiro lugar. Da mesma forma, não colocaria a recorrente em 3º lugar, apenas pelo fato da nossa empresa não ter ofertado lance inferior. O edital em seu item 7.8, assim dispõe em relação ao empate:

**7.8. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.**

Em nenhum momento o desempate ocorreu sobre as prerrogativas de microempresa ou empresa de pequeno porte. Note que o edital tratou do benefício as microempresas e empresas de pequeno porte no item 8, enquanto no item 7.8 é para empresas que estejam na mesma condição.

Devemos ainda lembrar que a fim de dirimir empates entre propostas, o legislador estabeleceu extensa ordem de critérios a serem seguidos, para determinar o vencedor do certame. O artigo 60 da Lei nº 14.133/2021, relaciona em ordem cronológica como o gestor público deve avaliar o desempate entre empresas. Vejamos:

*Art. 60. **Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:***

*I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar **nova proposta em ato contínuo à classificação:***

*II - **avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes,** para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;*



III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide Decreto nº 11.430, de 2023) Vigência

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 2º As regras previstas no **caput** deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Seguindo a linha de entendimento do artigo acima também estaríamos na terceira colocação. Observe:

<i>I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar <u>nova proposta em ato contínuo à classificação</u>:</i>	Foi solicitado o reenvio de lances	<b>Não atendido</b>
--	------------------------------------	---------------------





<p><b><u>II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes</u></b></p> <p><i>para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;</i></p>	<p>As empresas empatadas, não apresentaram avaliação de desempenho</p>	<p><b>Não atendido</b></p>
<p><b><u>III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho,</u></b> <i>conforme regulamento; (Vide Decreto nº 11.430, de 2023) Vigência</i></p>	<p>As empresas empatadas, não apresentaram ação de equidade entre homens e mulheres</p>	<p><b>Não atendido</b></p>
<p><b><u>IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade,</u></b> <i>conforme orientações dos órgãos de controle.</i></p>	<p>As empresas empatadas, não apresentaram desenvolvimento de programa de integridade</p>	<p><b>Não atendido</b></p>

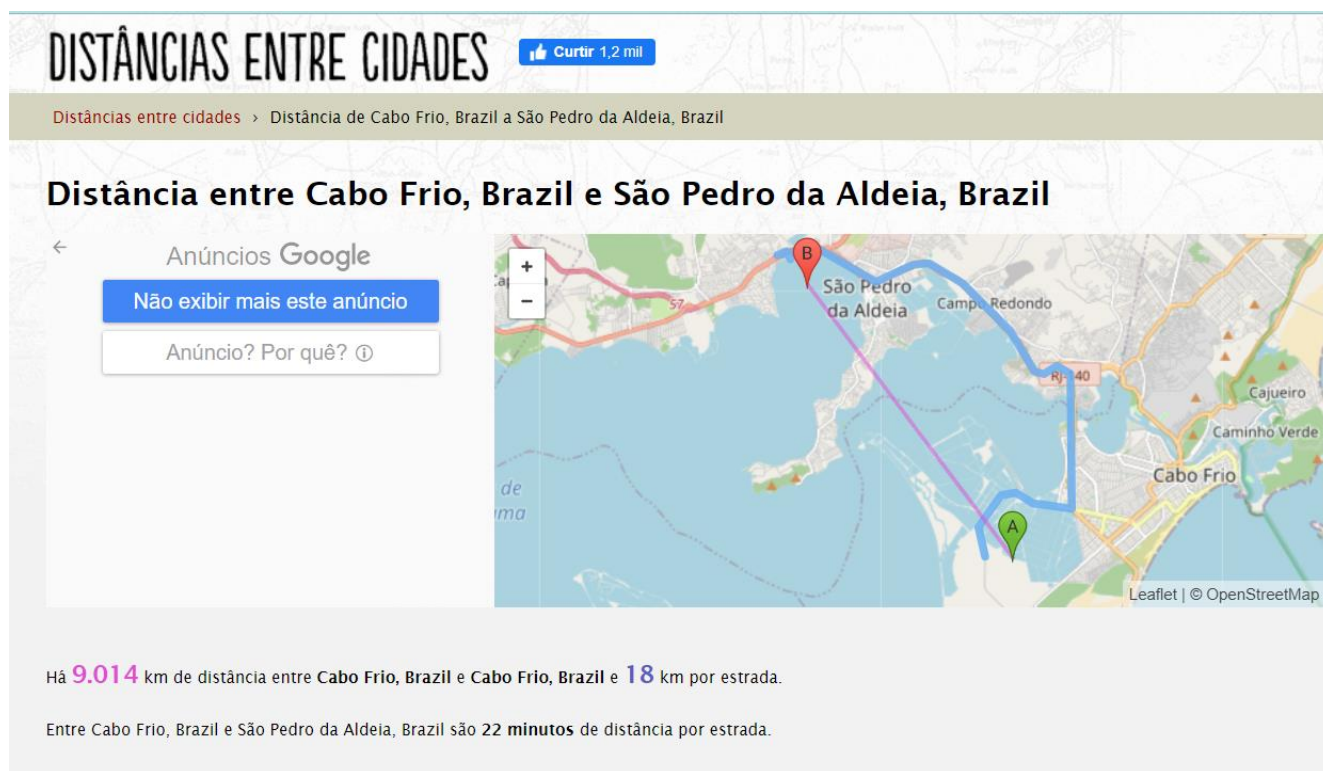
Não atendemos a nenhuma das condições acima. E desta forma, o próximo item para desempate é a localização. Como estamos no município de Cabo Frio e a recorrente encontra-se no município de Tanguá a preferência de localização é nossa.

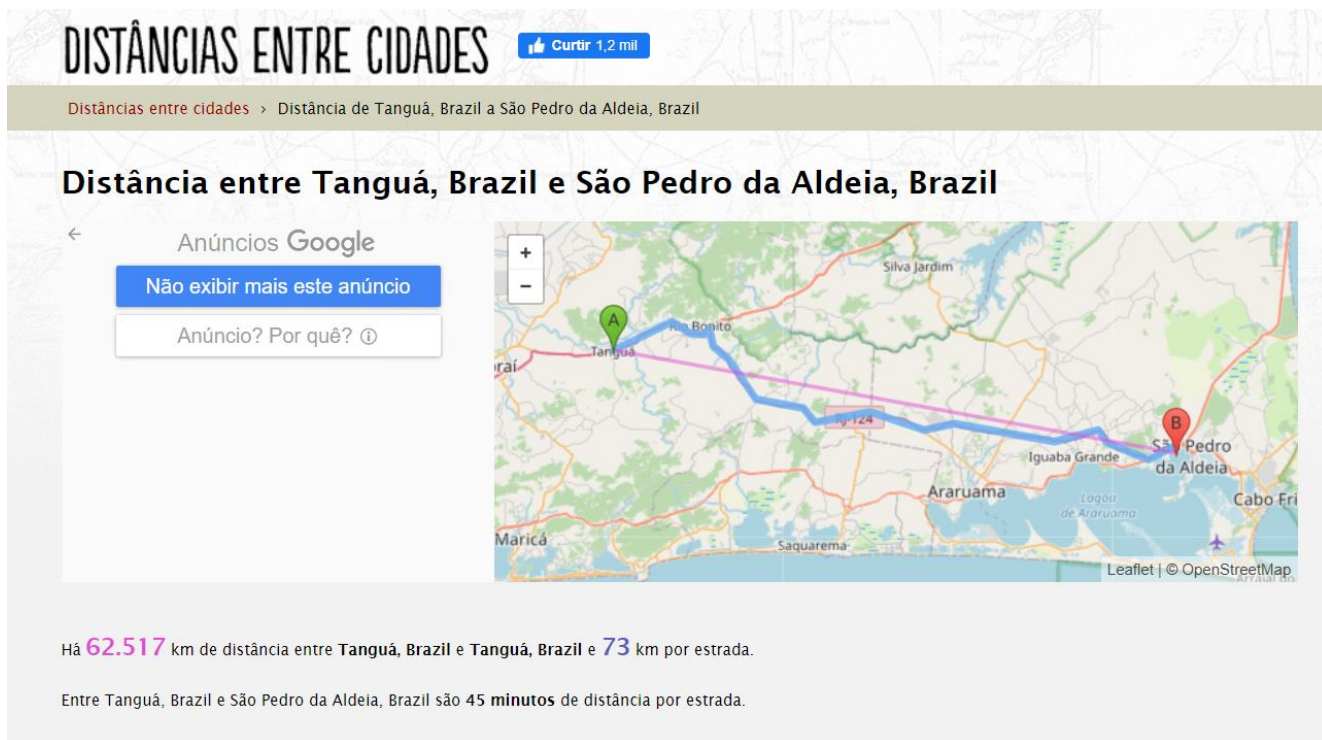
O parágrafo 1º da mesma lei diz que não ocorrendo desempate será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



*/ - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

A nossa empresa está localizada mais próxima do município licitante do que a empresa recorrente.





Considerando a localização como parâmetro de desempate, não há o que se discutir, estamos a 18 Km da sede licitante, enquanto a recorrente está a 73 km, e temos este assunto devidamente esclarecido.

## CONCLUSÃO

São frequentes as decisões do Tribunal de Contas da União que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório.

Resumidamente, o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no



cumprimento dos objetivos descritos no art. 11, I da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

*No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo **princípio do formalismo moderado**, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.*

Nota-se que sua utilização não significa desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou negativa de vigência do *caput* do art. 5º da lei 14.133/2021, que dispõe sobre a impossibilidade de a Administração descumprir as normas e condições do edital. Trata-se de solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios.

*Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios. (Acórdão 119/2016-Plenário)*

Ao contrário do que ocorre com as regras/normas, os princípios não são incompatíveis entre si. Diante de um conflito de princípios (p. ex., vinculação ao instrumento convocatório x obtenção da proposta mais vantajosa), a adoção de um não



provoca a aniquilação do outro. Como exemplo, esse raciocínio pode ser percebido nas seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:

*Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)*

*O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa. (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara)*

Nessas hipóteses, a análise deve considerar a importância de cada princípio no caso concreto, e realizar a ponderação entre eles a fim de determinar qual prevalecerá, sem perder de vista os aspectos normativos. Por esse motivo, as soluções não respeitam fórmulas prontas, podendo variar de um caso para outro.

Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor Adilson Dallari: a “licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital”.



## DO PEDIDO

Diante de todo exposto, juntamos a esta planilha realinhada, sem alteração do valor ofertado e assim requeremos a rejeição do recurso interposto pela empresa FGC PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, e mantenha a decisão que habilitou nossa empresa.

Agradecemos a atenção dispensada e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

**ARIES EMPREENDIMENTOS E SERVICOS - EPP**

**Dimas de Souza Paes Junior**

**C.I nº 09920849-8/DETRAN-RJ**

**CPF nº 030.763.527/92**